O COTIDIANO E A EXPERIÊNCIA SOCIAL DAS MENINAS ÓRFÃS INTERNADAS NO SEMINÁRIO DA GLORIA NA CIDADE DE SÃO PAULO (1870 – 1888)

Robson Roberto da Silva[1]

Resumo: Este artigo acadêmico tem por objetivo analisar o cotidiano das meninas e adolescentes internadas no Seminário da Gloria ou das Educandas, instituição caritativa, localizada na cidade de São Paulo, que atendia as crianças expostas e abandonadas no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. O recorte temporal desse artigo refere-se às duas últimas décadas do período imperial antes da Abolição da Escravatura em 1888. Por meio de inúmeras fontes documentais (cartas, depoimentos, ofícios, requerimentos, relatórios, petições, etc.) disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), este estudo permite realizar uma reconstrução das trajetórias de vida das internas, suas estratégias de sobrevivência e resistência dentro da instituição.
Palavras-chave: Infância. Internato. Controle social.

Abstract: This academic article aims to analyze the daily of the girls and teenagers interned in the Seminary of the Gloria or the *Educandas*, charitable institution located in the city of São Paulo, that tooks care of the exposed and abandoning children in the *Hospital of Santa Casa de Misericórdia*. The secular clipping of this article mentions the two finishes decades of the imperial period before the Abolition of the Slavery in 1888. Through innumerable documentary sources (letters, depositions, crafts, requirements, reports, petitions, etc.) available for the Public Archive of the State of São Paulo (APESP), this study allows to carry through a reconstruction of the trajectories of life of the interned ones, their strategies of survival and resistance inside of the institution.
Keywords-: Infancy. Boarding school. Social control.

Introdução

Durante o século XIX, a questão das crianças enjeitadas sofreu transformações sociais e institucionais significativas. As antigas entidades caritativas e as iniciativas particulares ainda respondiam amplamente pelos destinos dos impúberes abandonados. Todavia, com o constante crescimento populacional e o desenvolvimento urbano e econômico que a cidade de São Paulo experimentou, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, a situação social dos expostos, que sempre foi muito difícil, passou por uma grande degradação. "[...] Agravado nos fins do século XVIII e início do XIX, e que antes era solucionado pela caridade particular [...] exigiu a criação de instituição especializada pela Misericórdia, para recolher esses infelizes."[2] A cidade de São Paulo teve

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: rrs_1974@hotmail.com.
[2] MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599 - 1884)*: Contribuição ao estudo da Assistência Social no Brasil. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas). p. 98.

um dos maiores índices de abandono de crianças no Brasil no século XIX, conforme tabela abaixo:

Proporção de expostos nos nascimentos de crianças livres, em paróquias brasileiras[3]

Paróquias	Período	% de Expostos
Sé do Rio de Janeiro	1745-1746	21,1
Jacarepaguá — RJ	1760-1799	3,0
Pilar Vila Rica — MG	1768-1782	10,2
Sé S. Paulo	1741-1845	15,9
N.S.Ó — SP	1805-1864	2,8
Sto. Amaro — SP	1760-1809	9,3
Ubatuba — SP	1785-1830	0,6
Sorocaba — SP	1761-1770	5,2
Lapa, Curitiba — PR	1770-1829	5,2

2. A origem do Seminário da Gloria e a matrícula das Educandas

Após longos anos de discussões políticas, nas quais a relutância dos membros da Câmara Municipal imperou devido aos altos custos na assistência aos expostos, às pressões da sociedade e à gravidade da situação, o governo provincial cedeu e abriu a Roda dos Expostos na Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1825, com mais duas instituições: o Seminário de Santana para os meninos e o Seminário da Gloria para as meninas. Segundo Irma e Irene Rizzini, "o Brasil possui[a] uma longa tradição de internação de crianças e jovens em instituições asilares."[4] De acordo com Maria L. Marcilio:

> Depois de muita luta, criou-se a Roda de Expostos. Após a aquisição da Chácara dos Ingleses, no largo da Rua da Glória, em 2 de setembro de 1825, ali se instalaram o Hospital de Caridade e a Roda dos Expostos. Apesar de possuir prédio próprio, suas instalações eram acanhadas e não muito satisfatórias. A Roda ficava em uma janela do andar térreo do casarão. No mesmo ano, duas instituições complementares à assistência da Roda foram criadas: o Seminário da Glória, para meninas, e o de Santana, para meninos. "Eram os seminários, escolas internas destinadas aos filhos de militares pobres e aos expostos da Misericórdia, que, ao deixarem a Santa Casa, depois dos sete anos, ali permaneciam até a maioridade ou até "tomar estado". As referidas escolas, sustentadas pelo governo provincial, recebiam auxílio ocasional da Misericórdia, conforme previa o seu Compromisso.[5]

Nessa divisão, os destinos de meninos e meninas eram definidos pelas instituições nas quais estavam incorporados; cada um teria o seu desenvolvimento específico na

[3] MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 72.
[4] RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil*: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Editora Loyola, 2004. p. 21.
[5] MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

sociedade no período de internato. "O século XIX presenciou ainda um desenvolvimento bastante rápido das 'escolas para meninas', que tiveram as religiosas como elementos fundamentais."[6] O recolhimento atendia principalmente as crianças do sexo feminino, filhas de militares e as enjeitadas na Roda dos Expostos, que após o período de aleitamento com as amas de leite mercenárias – e se conseguissem sobreviver (pois o nível de mortalidade infantil era altíssimo) – seriam internadas aos sete anos de idade. "Elas morriam em grande número. [...] Essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época."[7] A estrutura dessa instituição era basicamente religiosa, e a clausura e o isolamento da sociedade eram fundamentais na educação das internas, principalmente no caso das mulheres. "A menina, devido à preservação da honra e castidade, era alvo de maiores preocupações pela Santa Casa."[8]

As características dos recolhimentos femininos são descritas por Irma e Irene Rizzini:

> O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa. As práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos colégios para meninos órfãos e dos recolhimentos femininos, sendo que, no segundo caso, a clausura era imposta com mais rigor.[9]

Apesar de suas limitações financeiras e estruturais, o Seminário era muito procurado pela população pobre, pois era uma das únicas oportunidades para os pais sem recursos darem uma vida melhor à suas filhas. "O Recolhimento das Meninas Órfãs é um estabelecimento bastante popular. [...] Não só visa [...] a proteção das meninas durante a infância, mas [...] providencia seu casamento e [...] um dote de duzentos a quatrocentos mil-réis."[10] Sendo assim, apesar de ser uma instituição muito procurada, o número de vagas era limitadíssimo. "[...] Poucas meninas da Roda podiam desfrutar dessa chance. Os estabelecimentos que acolhiam recolhidas funcionavam precariamente e o número de internas dificilmente ultrapassava três dezenas."[11] Ficou estabelecido pelo governo da Província que fixaria o número de quarenta vagas para as educandas no Seminário, tornando bastante dramática a matrícula dessas meninas. "As educandas deveriam deixar o Seminário entre os 15 e os 20 anos, quando eram consideradas 'aptas para o trabalho'. Nessa ocasião, cediam

---

[6] NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi (Coord. de textos). 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 491.
[7] ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Traduzido por Dora Flaskman. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981. p. 22.
[8] MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 76.
[9] RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil*: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Editora Loyola, 2004. p. 23.
[10] KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas Províncias. Traduzido por Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2001. p. 77-78.
[11] VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999. (Coleção Textos do Tempo). p. 146.

lugar às de menor idade, necessitadas de 'agasalho e ensino.'"[12] Nos exemplos abaixo têm-se alguns pedidos de matrículas feitos por meio de ofícios ou petições da época, que poderiam ser atendidos ou negados dependendo das circunstâncias sociais e da disponibilidade das vagas. Primeiramente, têm-se o pedido de dona Escolástica Maria Ribeiro, que apelava ao Presidente em 1870:

> Illmo.s Ex.s Srs. Presidente e mais Deputados a Assembléia Provincial
> Diz Escolástica Maria Ribeiro que ella supplicante tendo anunciado o fato do fallecimento de seu marido Jose Pedroso Pacheco, ficou extremamente pobre e onerada com cinco filhos menores, sendo trez mulheres: a supplicante tem pretendido fazer recolher no Seminário de Educandas d'esta Cidade a sua filha Thereza, de sete annos de idade, afim de ahi receber uma educação condicente a um futuro de garantia e commodidade, mas não tem conseguido porque o numero de 30 educandas fixado pela Lei tem se conservado prehenchido. N'estas circunstancias, a supplicante vem implorar de V.s Ex.s a caridade e justiça de mandarem admittir no Seminário a referida menina.
>
> A V.s Ex.s deferimento
> São Paulo, 11 de Fevereiro de 1870
> Escolástica Maria Ribeiro[13]

É interessante notar nesse documento que a mãe pede encarecidamente aos digníssimos políticos para intervirem na matrícula de sua filha de sete anos no Seminário, devido às suas dificuldades financeiras após o falecimento do seu marido. Possivelmente seu pedido foi atentido, pois a instittuição dava preferência às condições aviltantes e à idade da criança. O pedido de dona Benedicta Maria das Dores, em 1870, foi negado devido à falta de vagas:

> Illmo. Ex. Senhor.
> Em cumprimento as ordens de V. Ex. exarada na petição junta, de Benedicta Maria das Dores em que pede a V. Ex. ser admmitida no seminário da gloria d'esta Cidade, huma sua filha menor de idade de 10 annos. Tenho a honra de informar a V. Ex. que o numero de Educandas acha se completo, só quando houver vaga, se V. Ex. afim se dignar fazer. Deus guarde V. Ex.
>
> São Paulo, 11 de Fevereiro de 1870
> Illmo. Exmo. Sr. Dr. Antonio Candido da Rocha
> Digníssimo Presidente da Província[14]

O pedido acima foi negado porque o número de alunas da instituição estava completo, tendo a requerente que aguardar a abertura de vagas. Porém, existiam casos de crianças em situação de indigência tão grave que a direção do Seminário intervia em favor de seu internamento. É o que podemos observar no ofício da Irmã Anne Felicité del Carretto, de 1873:

---

[12] MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 15, p. 70-96, set./out./nov./dez. 2000. p. 77.
[13] SÃO PAULO. Oficio de 11 de Fevereiro de 1870 (Pasta - 01 Documento - 050 Ordem - 940).
[14] SÃO PAULO. Oficio de 11 de Fevereiro de 1870 (Pasta - 01 Documento - 050 Ordem - 940).

> Illmo. Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo
> Diz a diretora do Seminário da Gloria que a orpham Maria Binger por ser menor de idade e sem recurso nenhum, merece nestas tristes circunstancias a proteção de V. Ex. que se digne mandar recebê-la no numero das educandas da província.
>
> F. Anne Felicité del Carretto
> Diretora do Seminário da Gloria
> São Paulo, 19 de agosto de 1873[15]

As petições para a matrícula das meninas pobres e órfãs vinham em número crescente, algumas atendidas, mas muitas recusadas devido às limitações da instituição. Durante todo o período imperial, o Seminário da Gloria sempre esteve com a sua capacidade máxima, até excedia a quantidade permitida de educandas. Isso causava sérios transtornos no convívio delas, pois era uma das poucas entidades de assistência social para meninas e moças existentes na cidade. Para Rizzini,

> As meninas órfãs e desvalidas dos séculos XVIII e XIX podiam contar com a proteção dos recolhimentos femininos, [...] voltados para a proteção e educação de órfãs pobres. [...] Indicava a necessidade de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai, que lhe poderia garantir no futuro o lugar social mais valorizado para a mulher: um bom casamento, através de uma educação condigna e do dote.[16]

3. A educação ministrada para as meninas internadas

Na segunda metade do século XIX, o governo da Província decide reformar o sistema de assistência das educandas no Seminário, para torná-lo mais eficaz e menos custoso aos cofres públicos. Em 1870, a direção do Seminário da Gloria foi entregue pelo governo para a Irmandade São José Chamberry. Segundo Maria Luiza Marcílio,

> As Misericórdias não tinham meios de manter um rígido controle sobre as crianças que protegia. Só coibiam os abusos nos raros casos em que receberam denúncias. Algumas medidas foram tomadas para sanear o sistema. Uma delas foi a de trazer, na década de 1850, as irmãs francesas de caridade (inicialmente as da Ordem de S. José de Chamberry e daquela das irmãs de caridade vicentinas) para assumirem a direção e educação das rodas de expostos.[17]

A transferência da direção do Seminário se deu pela Lei n° 71, de 1870, que diz:

[15] SÂO PAULO. Oficio de 19 de Agosto de 1873 (P - 54 D - 119 O - 949).
[16] RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil*: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo. Editora Loyola, 2004. p. 25.
[17] MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 75.

> Art. 1.° - O Governo convidará Irmãs de S. José para se encarregarem da direcção e ensino das Educandas do Seminario da Gloria desta Cidade, fazendo, para esse fim, com ellas todos os contractos necessarios pelo modo que fôr mais vantajoso á Provincia.
> Art. 2.° - O numero de Educandas mantidas pela Provincia fica elevado a 40, e somente seráõ admittidas orphãs menores de 10 annos.
> Art. 3.° - Fica o Governo autorisado a fazer os reparos, augmentos e melhoramentos necessarios no predio em que elle funccionar, e a abrir o credito necessario para execução da presente Lei.
> Art. 4° - Não seráõ admittidos escravos no serviço do Seminario.
> Art. 5.° - As actuaes professoras seráõ empregadas nas escolas vagas dos lugares que preferirem, mantidos os vencimentos que percebem.
> Art. 6.° - Fica elevada a 20$000 a mensalidade das pensionistas internas.[18]

A mudança da direção não trouxe muitas transformações no cotidiano das educandas, principalmente em seu sistema de ensino. Aliás, desde a sua inauguração, os métodos de educação pouco se modificaram. "Os colégios religiosos, por sua vez, veiculam uma educação de caráter fortemente conservador, centrada na manutenção do modelo familiar cristão tradicional."[19] Os ensinamentos ministrados no Seminário não tinham o objetivo do desenvolvimento intelectual das educandas, mas simplesmente reforçavam sua posição numa sociedade conservadora, em que o papel da mulher era limitado à vida privada e familiar. Elas eram adestradas para serem obedientes, servis e executar as tarefas domésticas. "[...] A instrução das meninas [...] limitava-se ao ensino de rudimentos de leitura, escrita e aritmética, além da aprendizagem das chamadas prendas domésticas e de trabalhos manuais de agulha e linha."[20] Assim, as freiras da Irmandade S. José exigiam a execução de tarefas domésticas dentro da instituição para incutir a cultura do trabalho nas meninas. "[...] As enjeitadas eram mais suscetíveis de ser escravizadas; elas opunham menos resistência ao cativeiro."[21] Porém, não de forma equitativa, o trabalho recaía sobre as órfãs mais humildes. Conforme diz Carmem Sylvia Vidigal Moraes:

> Outro aspecto introduzido no funcionamento do Educandário pela Irmandade de São José foi a institucionalização do trabalho doméstico das órfãs, que, aos poucos, iam substituindo os empregados da casa. Destas tarefas — que tinham por objetivo "forçá-las ao hábito e metodização da faina doméstica" — ficavam isentas, no entanto, as pensionistas que pagavam trimestralidade.[22]

[18] SÃO PAULO. Lei Provincial n. 71, de 10 de Abril de 1870.
[19] NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi (Coord. de textos). 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 495.
[20] MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 15, p. 70-96, set./out./nov./dez. 2000. p. 76.
[21] VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999. p. 144. (Coleção Textos do Tempo).
[22] BORGES, Wanda. *A profissionalização feminina*: uma experiência no ensino público. São Paulo: Loyola, 1980. In: MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 15, p. 70-96, set./out./nov./dez. 2000. p. 77.

Além da instrução doméstica, o magistério era a única alternativa de profissionalização para as educandas do Seminário. Os métodos de sua formação escolar e profissional já estavam determinados na Lei Provincial n° 34, de 16 de março de 1846:

> Art. 1º - A instrucção primaria comprehende a leitura, escripta, theoria e practica da arithimetica até proporções inclusivè, as noções mais geraes de geometria pratica, grammatica da lingua nacional, e principios da moral christã, e da doutrina da religião do estado. Art. 2. º - A instrucção primaria para o sexo feminino constará das mesmas materias do artigo antecedente, com exclusão da geometria; e limitada a arithimetica á theoria e pratica das quatro operações; e tambem das prendas que servem á economia domestica.[23]

Como a formação de professores no período imperial ainda era muito precária e deficiente na Província, o Estado buscava preencher seus quadros do professorado com as educandas. Após o seu período de aprendizado, elas passariam por um exame, e se fossem aprovadas assumiriam o cargo de professoras primárias. Na conclusão de Moraes:

> No caso das internas do Seminário, desde o início o objetivo do governo consistiu em aproveitar as mais aptas à profissão no ensino das primeiras letras. Em 1845, não havendo na Província escola que preparasse professores, quer do sexo masculino, quer do feminino, ficara estabelecido que as alunas do Seminário poderiam ser nomeadas professoras, desde que as que fossem seguir o magistério se preparassem com seis meses de antecedência. Nessa época, além dos misteres manuais, as áreas do ensino estavam limitadas à língua portuguesa — [...] — e à aritmética [...] encontramos ainda o ensino de prendas domésticas e das seguintes matérias: leitura, escrita, gramática portuguesa e princípios da moral cristã e da doutrina do Estado.[24]

As educandas mais carentes, ou que não possuíam dote, viam na chance de ser professora uma oportunidade de terem uma posição social mais vantajosa. Assim, ao completarem 18 anos, elas não deixavam de fazer o exame. Neste ofício de 1870 pode-se observar esse fato:

> Illmo. Ex. Sr.
> Em cumprimento a portaria de V. Ex. datada de 12 do corrente, tenho a honra remeter a relação junta das educandas do Seminário da Gloria que atingirão a idade de 18 annos, e estão aptas para o magistério Deus guarde V. Ex.
>
> São Paulo, 18 de junho de 1870
> Illmo. Exmo. Sr. Doutor Antonio Candido da Rocha
> Presidente da Província

[23] SÂO PAULO. Lei Provincial n. 34 de 16 de Março de 1846.
[24] MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 15, p. 70-96, set./out./nov./dez. 2000. p. 79.

Relação das educandas do Seminario da Gloria d'esta cidade, que tem attingido a maior idade de 18 annos e pretemdem ser nomeadas para o magisterio[25]

n	Nomes	Idade	Naturalidad	Filiação	Observações
1	Anna Thereza dos Anjos	21	D'esta Cidade	Delfina Maria de Jesus	Matriculado em 3 de maio de 1860
2	Gertrudes Maria Toledo	18	Taubaté	João da Rosa Bello	Em 23 de Fev. de 1863. E aleijada das pernas
3	Joanna Oliveira Prado	20	D'esta Cidade	João Jose Oliveira Prado	Em 10 de junho de 1865. educanda desde

A maioria do quadro do professorado da cidade de São Paulo se formou por esse sistema educacional que ligava o Seminário da Gloria à Escola Normal. Mesgravis diz:

> Apesar de suas deficiências, o Seminário da Glória representou um primeiro ensaio de profissionalização feminina no contexto da sociedade patriarcal, prestando reais serviços no que se refere ao encaminhamento de meninas órfãs para uma das primeiras atividades fora do lar, permitindo à mulher, saber o magistério primário. Conforme revela recente pesquisa, daí saíram grande parte das professoras paulistas nos primeiros quartéis do século XIX.[26]

Com o desenvolvimento industrial e o crescimento socioeconômico de São Paulo nos últimos anos do século XIX, houve uma ampliação das oportunidades de trabalho para as mulheres. Com isso, esse sistema de empregabilidade por meio do magistério ficou ultrapassado, mas continuou atuando até o início do século XX.

4. O dote e o casamento das educandas

Além do magistério, outro destino comum às educandas que alcançavam a maioridade era o casamento, recurso muito utilizado no Seminário para "dar estado" às meninas. A procura por elas era intensa e incentivada pela Diretoria: "[...] homens solteiros ou viúvos solicitavam que fosse indicada uma jovem disposta a se casar, mencionando apenas a cor e a idade que deveriam ter [...]."[27] Segundo Maria L. Marcilio:

> O casamento era o melhor e o mais desejado destino que se poderia dar às meninas sob a tutela da Santa Casa. Para multiplicar os casamentos das expostas, manteve-se, até inícios do século XX, o sistema de dotes, oferecidos aos moços que se casavam com as expostas reclusas. O dote, além de costume antigo, era o meio necessário para atrair rapazes para as moças casadouras da Roda e do Recolhimento das Misericórdias.[28]

[25] SÂO PAULO. Oficio de 19 de Agosto de 1873 (Pasta - 054 Documento - 119 Ordem - 949).
[26] MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599 - 1884)*: Contribuição ao estudo da Assistência Social no Brasil. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. p. 185. (Coleção Ciências Humanas).
[27] VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999. P. 146. (Coleção Textos do Tempo).
[28] MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 296.

O dia do casamento das educandas era um grande acontecimento que agitava toda a cidade, pois a cerimônia era coletiva e reunia toda a sociedade. Em alguns casos, até a Família Imperial comparecia. Neste relato do Rev. Daniel P. Kidder, de 1840, tal fenômeno pode ser observado:

> No dia dois de julho, data em que a Igreja Católica celebra com missas, procissões e outras cerimônias litúrgicas, [...] o Recolhimento franqueia suas portas ao público que para lá flui em quantidade; algumas pessoas levam presentes às recolhidas; rapazes vão pedir a mão de suas eleitas. Em 1840, as celebrações desse dia se revestiram de pompa desusada. Diversas órfãs se casaram. O Regente e a Família Imperial assistiram às cerimônias religiosas e visitaram o Recolhimento. [...] As recolhidas trajavam vestido branco, de modelo ao mesmo tempo simples e bonito.[29]

Assim, o dote se tornava um atrativo a mais para os homens, e se conseguissem uma esposa no Seminário, o valor do dote dependeria da educanda. Em ofício de 1876 temos:

> Illmo. Ex. Sr.
> Em cumprimento a portaria de V. Ex. datada de 21 do corrente, em que me declara assim ao cazamento da educanda do seminario da Gloria, de nome Brazilina Branca da Gloria com o cidadão Damião Jose Monteiro, rogo a V. Ex. para que me mande entregar a quantia de duzentos mil reis para o enxoval da referida Educanda, afim de por essa semana a diposição da Superiora do estabelecimento para a compra do mencionado enxoval.
>
> São Paulo, 28 de Março de 1876
> Illmo. Exmo. Sr. Dr. Sebastião Jose Pereira
> Dr. Presidente da Província[30]

Devido ao valor do dote e para preservar a honra das meninas, os diretores sempre buscavam informações sobre os pretendentes. “Os rapazes candidatos a se casar com as meninas da Santa Casa deveriam [...] entrar com requerimento. Eram então exigidas declarações de testemunhas sobre sua idoneidade.”[31]

Em ofício de 1870:

> Illmo. Ex. Sr.
> Em cumprimento ao despacho de V. Ex. exarado na petição junta de Manoel Marianno dos Santos. Tenho a honra de informar a V. Ex que o supplicante he trabalhador e tem boa conducta, esta no cazo de sustentar sua consorte. O supplicante pede a V. Ex. que seja celebrado o cazamento no Sobrado desta semana, e se assim V. Ex. ordenar, he necessário que V.

[29] KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas Províncias. Traduzido por Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2001. p. 78.
[30] SÃO PAULO. Oficio de 28 de Março de 1876 (Pasta - 01 Documento - 034 Ordem - 935).
[31] MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 297.

> Ex. de ordem ao Thesouro e que me seja entregue a quantia de cento e cinqüenta mil reis, de que se prestara contas ao fazer o enxoval da noiva.
> Deus guarde V. Ex.
>
> São Paulo 20 de Julho de 1870
> Illmo. Ex. Sr. Dr. Antonio Candido da Rocha
> Dr. Presidente da Província[32]

Vê-se que a aprovação do casamento e do dote foi enfatizada porque o pretendente era trabalhador e tinha boa conduta. Caso contrário, os pedidos eram negados:

> Delegacia de Policia de São Paulo, 20 de Julho de 1870
> Illmo. Ex. Sr.
> Respondendo ao officio de V. Ex. para que informo sobre o requerimento, que a V. Ex. (ilegível), de Manoel Marques dos Santos, em que pede para casar com uma educanda do Seminário da Gloria d'esta cidade, tem a informar a V. Ex., que não o acho nas circunstancias de lhe ser confiada, como sua mulher, uma moça que tem postura na Província. Deus Guarde V. Ex.
>
> Illmo. Ex. Sr. Dr. Antonio Candido da Rocha
> Presidente da Província[33]

Mesmo com todas essas precauções, algumas moças do Seminário se casavam com homens inescrupulosos, que estavam interessados apenas no dote, abandonando suas esposas posteriormente, ou cometendo terríveis atos de violência contra elas. Na conclusão de Marcilio:

> [...] o dote servia também de chamariz para rapazes pouco escrupulosos, ávidos apenas em receber o dinheiro, pouco preocupados com o casamento e, menos ainda com a esposa. Houve casos dolorosos de meninas que depois de casadas, tendo o marido recebido o dote, logo abandonaram suas esposas ou, pior, usaram de toda sorte de violências contra elas.[34]

Enfim, tanto a colocação no magistério como a possibilidade de um casamento eram os destinos planejados para as meninas do Seminário. Esse sistema perdurou por quase todo período Imperial, sendo contestado e entrando em decadência no final do século XIX, à medida que o desenvolvimento industrial forneceu novas possibilidades de trabalho para as mulheres. "O declínio no dote estava [...] associado a mudanças no nível de urbanização e na estrutura ocupacional [...] de 54% em 1860 para 82% em 1886."[35] Para o bem ou para o mal, a introdução do trabalho feminino na sociedade paulista mudou-a profundamente. Na nova sociedade industrial e burguesa que emergia no final do século XIX, com a abolição da

[32] SÂO PAULO. Oficio de 20 de Julho de 1870 (Pasta - 054 Documento - 119 Ordem - 949).
[33] SÂO PAULO. Oficio de 20 de Julho de 1870 (Pasta - 02 Documento - 013 Ordem - 941).
[34] MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 298.
[35] KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). Traduzido por Lina Gorenstein Ferreira da Silva. *Revista Brasileira de História.* Família e Grupos de Convívio, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 37-63, set. 1988/fev. 1989. p. 56-57.

escravidão e a queda do regime imperial, não havia mais lugar para instituições de cunho paternalista e ultrapassadas:

> [...] na sociedade que se anunciava não havia mais lugar para instituições esclerosadas, nas quais incluíam desde o Estado centralizado do Império até internatos como o Seminário da Glória [...] transformado em uma espécie de "depósito de menores". Era hora de reinventar a educação e forjar a nova sociedade.[36]

No caso do Seminário da Gloria, em 1890 ele foi convertido no Educandário das Artífices. Nesse novo instituto, elas seriam treinadas para os ofícios industriais, principalmente na produção têxtil da indústria paulista. Essa transformação na assistência às enjeitadas também influenciou o Estado, que, principalmente na República, atuaria com métodos utilitaristas para a inserção das mulheres no mundo do trabalho. É o que Marcílio definiu como o final da fase caritativa e o início da fase filantrópica:

> Já na fase da filantropia e das instituições totais, parece que arrefeceu a preocupação das autoridades dessas entidades para com o destino das moças que protegiam. Uma vez atingida sua maioridade a moça era simplesmente devolvida à sociedade, para viverem "por si", mesmo sem nenhum preparo para a nova vida.[37]

Ao nascer de um novo século, a vida cotidiana e o destino das meninas enjeitadas e tuteladas pelo Governo não mais dependiam de arranjos políticos ou acordos familiares, mas sim da sua utilidade prática na nova sociedade industrial do século XX.

[36] MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 15, p. 70-96, set./out./nov./dez. 2000. p. 79.
[37] MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 300.

Fontes documentais

Ofícios: Acervo digital de documentos manuscritos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2011.

Leis: Banco de Dados do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2011.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família.* Traduzido por Dora Flaskman. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas Províncias. Traduzido por Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2001.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. *A família na sociedade brasileira*: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). Traduzido por Lina Gorenstein Ferreira da Silva. *Revista Brasileira de História.* Família e Grupos de Convívio, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 37-63, set. 1988/fev. 1989.

MARCILIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 53-79.

_____. *História social da criança abandonada*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599 - 1884)*: Contribuição ao estudo da Assistência Social no Brasil. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura,1976. (Coleção Ciências Humanas).

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. *A normatização da pobreza*: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 15, p. 70-96, set./out./nov./dez. 2000.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi (Coord. de textos). 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 482-509.

RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil*: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999. (Coleção Textos do Tempo).